

DE VOLTA AO COMEÇO: A CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO RENOVAÇÃO DA IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

Nelson Crespo Pinto Pimentel¹

Denise Costa de Brito²

Resumo

O Instituto Federal Fluminense tem uma história mais do que centenária. Ao longo dessa trajetória, iniciada em 1909 como Escola de Aprendizes e Artífices, sempre desempenhou um papel de referência para as regiões polarizadas pela sua atuação, principalmente quando foi Escola Técnica Federal e depois CEFET Campos. A sua nova institucionalidade, a partir da Lei nº 11.892, de 29/12/08, que criou os Institutos Federais, colocou esta atuação em um novo patamar e em uma nova territorialidade, pois a sua inserção nas perspectivas para o Desenvolvimento Regional e o necessário debate com as políticas públicas dos municípios que passaram a ser alcançados pela capilaridade da sua nova estrutura *multicampi*, fazem parte da essência dessa nova legislação. O presente artigo teve como objetivo analisar a necessidade da criação de um Observatório de Políticas Públicas dentro do IFFluminense como ferramenta indispensável para a concretização desta nova missão, realçando tanto as características do seu funcionamento quanto as barreiras e dificuldades encontradas para a sua efetivação, em uma conjuntura em que o desenvolvimento da economia do petróleo e a necessidade da defesa da eficácia de uma determinada concepção para as políticas públicas colocam em cheque a perspectiva de um futuro melhor para a qualidade de vida da população fluminense.

PALAVRAS CHAVE: Instituto Federal Fluminense. Observatório de Políticas Públicas. Desenvolvimento Regional.

¹Docente – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. E-mail: nrespo@iff.edu.br. **Mesa 4: Potencialidades e Limites das Políticas Públicas de Gestão do Território**

²Técnico Administrativo em Educação - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense E-mail: denise@iff.edu.br. **Mesa 4: Potencialidades e Limites das Políticas Públicas de Gestão do Território**

Introdução

Dois aspectos saltam aos olhos, quando examinamos o Decreto que criou as Escolas de Aprendizes e Artífices, há mais de 105 anos, em plena República Velha, ou República do “Café com Leite”, nome que ironicamente traduz o domínio exercido à época no Brasil pelas oligarquias dominantes de São Paulo e Minas Gerais, que se “revezavam” no controle do poder central de então, que foi assinado pelo presidente Nilo Peçanha, que por sua vez era campista e, portanto, fluminense, mas que apenas completava, como vice-presidente, o mandato do presidente Afonso Pena, que era paulista e morreria 18 meses antes do final previsto para o seu governo.

O primeiro aspecto diz respeito à perspectiva de criação em rede³ prevista no Decreto⁴, no caso um conjunto de Escolas de Educação Profissional que foram previstas uma para cada capital de Estado e uma para o Distrito Federal, que era então localizado na cidade do Rio de Janeiro, antecipando em muito uma forma de gestão de política pública, que seria comum a partir do último quarto do século passado.

O segundo aspecto, não menos importante, está ligado ao conteúdo progressista, presente no “espírito” do referido Decreto. Embora ele tivesse sido criado, como diz o próprio corpo legal, para atender aos “desvalidos da sorte”, a justificativa do Decreto definida pelo seu idealizador na famosa frase “O Brasil de ontem nasceu das academias, o Brasil de amanhã nascerá das oficinas”⁵ defendia que o futuro do País estava nas classes “laboriosas”, no trabalho industrial e na perspectiva das classes de

³As capitais brasileiras que receberam as Escolas Aprendizes Artífices foram: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e a escola do Rio de Janeiro, que foi instalada na cidade de Campos dos Goytacazes e a única que não ficava na capital do estado como será visto a seguir. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 12 de junho de 2016.

⁴Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, que cria, nas capitais dos Estados, Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 08 de agosto de 2016.

⁵Sobre o pensamento implícito nesta frase do Presidente Nilo Peçanha, Pimentel (*apud* BRITO, 2016, p.32) descreve: “Este pensamento de Nilo Peçanha está gravado” nas paredes do IFFluminense e aparece em vários documentos e em várias outras Instituições da rede. Em resumo, por longo tempo, foi usada para “ilustrar uma visão tecnicista da educação”, contra a qual se pretendia opor uma visão mais “crítica” de educação; na verdade, reflete “um pensamento liberal sim”, porém progressista para a época, pois busca um modelo de educação integral.

patrões e empregados realmente comprometidas com o progresso e o trabalho efetivo e não nas mãos de elites academicistas, de formação europeizada e pouco comprometidas com os problemas reais do Brasil.

A fixação definitiva da Escola prevista para o Estado do Rio de Janeiro na cidade de Campos dos Goytacazes e não na capital Niterói, como é sabido, deu-se muito mais por questões internas da política fluminense do que por arroubos “provincianos” do presidente Nilo Peçanha. No entanto, esta particularidade acabaria tendo muita importância na trajetória do IFFluminense.

Desde o início, a história da Instituição teve uma inserção muito importante na relação com a cidade e, a partir da sua transformação em Escola Técnica Federal, essa inserção social passou a ser também regional. Única Instituição Federal de Ensino com a sua sede na cidade de Campos, a trajetória do IFFluminense foi sendo construída mediante um “diálogo” com o seu entorno; tornou-se um centro de referência e acabou desenvolvendo um papel semelhante ao da universidade em relação às capitais, com diferenças importantes que marcaram a sua institucionalidade e continuam fundamentais até hoje.

Este é o ponto de partida do presente artigo que pretendeu discutir, a partir da análise da importância desse desenvolvimento institucional, o papel que o IFFluminense construiu e deve continuar a exercer, principalmente com o aumento da sua capilaridade por meio do crescimento dos seus *campi*, como indutor de políticas capazes de promover o desenvolvimento regional.

Depois de uma breve análise da concepção de desenvolvimento regional aqui defendida, passamos a analisar a construção de um Observatório de Políticas Públicas como estratégia de gestão fundamental para a afirmação do desenvolvimento institucional do Instituto.

Para tanto, buscamos explicar tanto a concepção do que vem a ser um Observatório quanto as estratégias e ações que podem ser construídas a partir da sua instalação, defendida aqui como uma reafirmação da missão que, historicamente, não

sem contradições, o IFFluminense vem desenvolvendo.

À guisa de conclusão, buscamos entender que barreiras e dificuldades estão presentes e que ainda impedem o desenvolvimento de tal “ferramenta” de gestão pública, em um tempo que o desenvolvimento de políticas públicas parece enfrentar um cenário político tão preocupante em nível nacional.

Porém, buscar soluções para problemas graves faz parte da natureza do que vem a ser uma gestão pública eficiente, entendida como uma gestão democrática, participativa, inclusiva do ponto de vista social e capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, parte essencial do que deve vir a ser uma nova sociedade.

2. Desenvolvimento regional e políticas públicas

O final da Segunda Guerra Mundial e todo o processo geopolítico de construção de um novo mundo, que marcaria de forma inexorável o século XX, tanto pelo período que ficou conhecido como “Guerra Fria” quanto pelos diversos processos de independência das antigas colônias do século anterior e o conseqüente aparecimento de um grande conjunto de “novos” países cujo corolário seria o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), acabaram desembocando na “descoberta” do subdesenvolvimento.

Ao se colocarem frente a frente os países desta “nova ordem mundial”, à época em um mundo cada vez mais polarizado entre capitalismo, agora definitivamente capitaneado pelos Estados Unidos, e “socialismo real”, bloco ainda liderado pela União Soviética, emergia a abissal diferença entre os níveis socioeconômicos dos países politicamente independentes, dando origem ao que, a partir da década de 1970, seria chamado de “Terceiro Mundo”, e, principalmente, ao debate sobre as razões que tentavam explicar as diferenças entre a realidade que iria se consolidar no chamado “Primeiro Mundo” e os cenários de miséria e exclusão social que já demarcavam a constituição dos países “em desenvolvimento”

O abismo entre o nível de prosperidade de vários países' foi criado por um processo econômico no qual o desenvolvimento de um setor do planeta – o 'norte branco – redundou na estagnação ou no verdadeiro retrocesso das áreas dependente, (...), O desenvolvimento capitalista gerou simultaneamente desenvolvimento e subdesenvolvimento, não como processos separados, mas como facetas correlatas de um único processo Buchanan (GODOY, 2016, p. 57).

Em um debate que iria marcar as décadas seguintes, as razões do subdesenvolvimento iriam ser discutidas num confronto claramente com conotações ideológicas e balizadoras de propostas políticas que iriam marcar o debate político no interior dos países da “periferia” opondo, de uma forma bem resumida, propostas de construção de projetos nacionais capazes de romper essa dependência dos centros “imperialistas”, identificados com a esquerda “anticapitalista” versus a necessidade de “integração” com as nações mais desenvolvidas capazes de construir projetos que trariam o progresso e “queimariam” as etapas necessárias para a construção do desenvolvimento nos países então “atrasados”, em propostas mais “à direita”, que uniam os interesses das oligarquias dominantes nesses países aos interesses das potências capitalistas.

Mais do que isso, e este é o ponto de interesse ao presente artigo, essa assimetria existente em nível mundial era também “descoberta” dentro desses próprios países, com regiões desenvolvidas e outras “estagnadas” formando a própria realidade nacional. Neste contexto é que surge o debate sobre a necessidade da construção de políticas com propostas para o “desenvolvimento regional”

No caso mais particular do Brasil, este confronto entre a tentativa de construção de um modelo socioeconômico de caráter nacional, popular e democrático com um certo viés de distribuição de renda e a sua rejeição e combate por parte da plutocracia oligárquica que domina o País, desde a sua formação colonial, em aliança com os interesses da “metrópole” da vez, tem marcado particularmente a história da República brasileira há mais de sessenta anos.

Em grandes traços gerais, a crise que culminou no suicídio de Getúlio Vargas, a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, a posse e o governo de João Goulart, o golpe militar de 64, a disputa na redemocratização durante a Assembleia

Nacional Constituinte de 1986, o segundo turno das eleições presidenciais de 1989, as tentativas de desestabilização do governo Lula e, finalmente, a crise atual, que redundou no “golpe” que afastou a presidenta Dilma Roussef, impedida de completar o mandato ao qual foi reeleita, formam uma pequena síntese desse confronto, que tem sido determinante nos rumos da história recente do Brasil. Evidentemente, causam impactos diretos nos cenários, possibilidades e adversidades na construção de políticas públicas que tentam responder aos inúmeros desafios enfrentados pela sociedade brasileira ⁶.

O debate sobre as possibilidades de desenvolvimento regional iria ganhar novos contornos com a radical transformação do cenário mundial a partir do final dos anos 70 do século passado, com a conhecida crise do “padrão de acumulação keynesiano fordista” e o final dos “anos dourados” do capitalismo nos países desenvolvidos.

O predomínio da ideologia neoliberal iria concretizar-se na década seguinte com a derrocada do modelo do socialismo soviético e a consolidação de um novo padrão de atuação do capitalismo mundial, com a emergência de um novo padrão de acumulação capitalista, “o paradigma da acumulação flexível” (HARVEY, 1996).

A “condição pós-moderna” anunciava uma globalização “irreversível”, o fim do papel a ser exercido pelos Estados Nacionais, mas ao mesmo tempo abria espaço para um novo modelo de planejamento do território: o desenvolvimento econômico local, que surgia concomitantemente com toda a discussão sobre a questão do “desenvolvimento sustentável”.

Em certo sentido, há uma linha de continuidade entre as perspectivas do desenvolvimento regional e o surgimento das políticas de desenvolvimento local como expressão das novas territorialidades, principalmente no Brasil, onde, ao mesmo tempo em que ocorria todo o processo de “redemocratização”, o País atravessava um forte

⁶A bibliografia que envolve a análise de todos estes acontecimentos é tão vasta e conhecida que a natureza do presente artigo impede a seleção de qualquer referência a ser citada aqui. No entanto, em relação às análises sobre a conjuntura atual, é importante notar o debate que se desenvolve nas chamadas “redes sociais”, onde, pela primeira vez na história, com honrosas exceções, o domínio midiático e o monopólio da informação exercido pelos “Donos do Poder” enfrentam a opinião divergente e combativa exercida pelo que se convencionou chamar sites e blogs “alternativos” e/ou “independentes”.

período de recessão econômica. O Estado preconizava reformas de cunho (neo) liberal, que, aliás, eram comuns em toda a América Latina. Mesmo assim, políticas públicas continuavam a ser demandadas em nível governamental, uma vez que:

Neste cenário, o Estado Nação, ainda que tendo seu papel modificado diante do processo de globalização, tem suas responsabilidades ampliadas no tocante ao desenvolvimento e à implementação de políticas nacionais orientadas para promover uma intervenção coordenada nos planos global, nacional e regional/local. (ALBAGLI, 1999, p. 196)

Já o século XXI traz consigo importantes transformações. Se, por um lado, viria a crescer a ideia de predomínio de um capitalismo marcado pela “captura do poder político geral pelas grandes corporações” (DOWBOR, 2016)⁷ e a continuidade da crença da perda da soberania dos Estados Nacionais, por outro persistia a oposição daqueles que acreditam na permanência da importância do Estado Nação, uma vez que aquela posição política acaba apenas contribuindo para que, neste espaço vazio, cresçam o poder dos movimentos de extrema direita (NAVARRO, 2016)⁸.

Particularmente no caso brasileiro, o projeto desenvolvimentista, que chegaria ao poder a partir da eleição de 2002, iria colocar em novos termos tanto a questão do desenvolvimento regional quanto a necessidade de elaboração de políticas públicas. No âmbito deste artigo, duas ações merecem menção especial: A criação de uma política nacional de desenvolvimento regional⁹, onde talvez a criação dos Territórios da Cidadania¹⁰ seja o resultado mais significativo; e a própria expansão da Educação Profissional e Tecnológica que iria redundar no surgimento dos Institutos Federais e a

⁷Artigo “A captura do poder pelo sistema corporativo”, de 3 junho de 2016, 11p. Disponível em: <<http://dowbor.org>>. Acesso em: 16 ago 2016.

⁸Artigo “O Estado de bem-estar morto? Uma crítica a Yanis Varoufakis” de 9 de agosto de 2016, 6p. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br>>. Acesso em: 10 ago 2016.

⁹Para aprofundar este tema, é recomendada a leitura do texto “Política Nacional do Desenvolvimento Regional: a ‘letra da lei’ ao sentido do Texto” (BARBOSA, 2012).

¹⁰Território da Cidadania foi um Programa do Governo Federal lançado a partir de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que procurava construir uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável em cerca de 120 municípios escolhidos (até 50.000 habitantes) com objetivo de “melhorar o IDH, evitar o êxodo rural e superar as desigualdades sociais”. Outras informações disponível em: <www.territoriocidadania.gov.br>. Acesso em: 24 ago 2016 . Disponível em: <www.mda.gov.br/sistemda/sites/sistemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>. Acesso em: 24 ago 2016.

criação de um novo patamar de atuação dessas instituições em relação ao desenvolvimento de políticas públicas.

3. Observatório de Políticas Públicas: características e ações

A criação destes Institutos produziu um debate sobre as concepções de levar à geração dessa nova institucionalidade para os antigos CEFETs. Na defesa desta nova política pública do Governo Federal, é realçada a importância da sua estrutura “*multicampi*” e a definição explícita da sua territorialidade, entendida como um comportamento associado à organização do espaço, à análise dos cenários existentes e à procura por “soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social” Pacheco (2008). Nesse sentido os Institutos deveriam na procura desses caminhos e com base

Na necessária articulação com outras políticas sociais, os Institutos Federais devem buscar a constituição de Observatórios de Políticas Públicas, tornando-as objetos de sua intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão articulada com as forças sociais da região. É neste sentido que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional (p.9)

Ou seja, nessa perspectiva, a educação profissional e tecnológica ultrapassa a mera visão de simples formadora de profissionais para o mercado de trabalho e abre um diálogo tanto com a perspectiva de inovação tecnológica quanto com as políticas de governo dos gestores municipais e regionais.

Existe um grande e polêmico debate no campo das ciências sociais sobre a definição do conceito de políticas públicas, suas características e, em especial, a discussão em relação a que atores sociais estão envolvidos na elaboração, na adoção e também no controle de tais políticas.

A perspectiva defendida no presente texto parte da percepção de que as políticas públicas aparecem mais fortemente como conceito a partir de meados do século XX, quando já está evidenciado que o modelo liberal de Estado é incapaz de resolver as mazelas e injustiças sociais e garantir à população uma vida com dignidade.

As políticas públicas nascem, portanto, da necessidade de impor ao Estado a concepção de que cidadania quer dizer a garantia dos chamados “direitos econômicos e sociais” como saúde, educação, trabalho, previdência social, seguro-desemprego, previdência social, lazer, proteção à maternidade e à infância, etc.

Em suma, as políticas públicas são a tradução da necessidade de construção de um Estado de bem-estar social. Seja na tradição social-democrata, seja num viés mais marxista, o que fica claro nessa definição é a construção de uma resposta oposta à visão do mercado como determinante e a necessidade de satisfação das necessidades da população em primeiro lugar.

Evidentemente, as políticas públicas, a partir da sua formulação e implementação, necessariamente resultam em programas, projetos, base de dados, informações e pesquisas, que demandam acompanhamento e avaliação, principalmente porque um controle social realmente existente é condição “sine qua non” para a efetividade de tais políticas:

Nesse contexto, é essencial que se possa contar com um sistema que monitore e contribua para a avaliação das políticas públicas e que, primordialmente, colabore para o controle social das ações governamentais, visando sua eficácia e um aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Ele deve igualmente proporcionar subsídios aos gestores com vistas ao aprimoramento da sistemática de planejamento das ações governamentais e uma melhor qualificação de suas formulações de Políticas e Programas. (UFC/MEC, 2014)¹¹

A construção de um Observatório de Políticas Públicas e a sua efetivação com essa dimensão tem como ponto de partida a certeza que a necessária e complicada integração entre um Instituto Tecnológico e os governos municipais e agências governamentais interagem com a sua missão educacional. Muitas vezes, essas administrações públicas olham para os institutos como estando fechados em si mesmos e com uma certa visão “elitista” em relação aos problemas reais da comunidade. Por sua vez, os Institutos vêem esta possível aproximação como uma tática “eleitoreira” por partes desses gestores locais. O Observatório terá que construir uma ponte entre pesquisa aplicada e gestões públicas de governo, que resulte em ações efetivas para

¹¹Disponível em: <http://www.opp.ufc.br/apresentacao.html>. Acesso em: 14 ago 2016.

as perspectivas de uma melhor qualidade de vida para a sociedade, público-alvo essencial do Observatório.

O Observatório assim concebido será um programa de extensão do Instituto Federal Fluminense. Deverá ser capaz de aglutinar professores, alunos e técnico-administrativos; envolver as diversas áreas de conhecimento a ele vinculadas; atrair também demais setores da chamada sociedade civil organizada; e construir cursos específicos, projetos de pesquisa, estudos e análises as mais diversas, que certamente trarão eventos sistemáticos, de congressos a publicações, de reuniões a ações comunitárias, que poderão contribuir para colocar o IFFluminense em um novo patamar de integração regional, que, de certa forma, sempre esteve presente na sua história.

4. Instituto Federal Fluminense como indutor de políticas públicas para o desenvolvimento

Os Institutos Federais Fluminense surgem no conjunto das políticas públicas determinadas a promover o desenvolvimento social e econômico do País por meio da educação profissional e tecnológica. O Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), com uma orientação de ser na região de sua abrangência agente dessas políticas públicas, apresentou por meio do processo de interiorização promover o estreitamento dos diálogos no seu território de abrangência, entendendo o desenvolvimento como a promoção do bem-estar “acessível à população”, que, segundo Cruz (2007, p.47), vai “gerando qualidade de vida, bem-estar e sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural”.

Ao abordar uma reflexão sobre Política Pública para o Desenvolvimento Regional, encontramos, em Silva (2013a), a elucidação de que essa política precisa ser apresentada como uma estratégia governamental que:

Articula, ou almeja articular, uma série de programas e políticas diferentes, inclusive com o concurso de [...] órgãos de governo de diferentes escalas federativas, uma vez que a busca pelo desenvolvimento territorial envolve necessariamente a adoção de uma estratégia intersetorial. (p.31)

Desde a legislação que criou os Institutos Federais, ficou evidente que a missão principal dessas instituições, pactuada desde a sua concepção com “uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa”, como disse Pacheco, (2008, p.8), era a busca de uma inserção em suas próprias regiões a fim de encontrar, segundo o autor (Idem, p.9) “soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável para inclusão social”.

Com oferta de vagas previstas em diversas modalidades de ensino, além das práticas de pesquisa e de extensão, é possível observar que o Instituto Federal Fluminense aporta nessas regiões com uma responsabilidade integralizadora. Aqui se buscou definir algumas categorias de ações institucionais que julgaram-se ser importantes e que podem traduzir o papel do Instituto, chegando-se assim a cinco níveis de atuação descritos a seguir:

4.1. Compromisso em Formar Mão de Obra Com Oferta De Cursos

Sobre essas ofertas, se faz necessário que seja realizada uma sondagem da demanda da mão de obra regional e que seja definido quem hoje e de que forma devem ser apontados esses indicadores.

O estudo com os egressos tem sido um gargalo difícil, mas que interfere nas decisões políticas de oferta de cursos. O IFFluminense legitima a necessidade de desenvolver essa ação, pois considera o estudo de egresso uma valiosa forma capaz de medir a efetividade dos cursos ofertados e desenvolver políticas efetivas de articulação com o setor produtivo.

O IFFluminense, em seus 12 campi, oferta diferentes níveis de ensino - pós-graduação, graduação, educação a distância, educação básica, com mais de 80 cursos disponíveis em diferentes áreas de atuação. E também oferta variados cursos de formação inicial e continuada.

4.2. O compromisso com Pesquisa Aplicada

A partir do IFFluminense, buscou-se, como princípio fundamental, a sua natureza como instituição, cujo desígnio é a educação profissional e tecnológica, e, também, o compromisso social do IFFluminense com o desenvolvimento local e regional e, de forma primordial, com o enfrentamento da exclusão, uma vez que sua missão é a formação para a cidadania e para o trabalho.

Com 29 Núcleos de Pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, porém, com uma repercussão pública discreta, destacados seis núcleos, que poderão subsidiar a análise da contribuição para reflexão de políticas de desenvolvimento regional, que são: Núcleo de Estudos em Estratégia e Desenvolvimento, Laboratório de Desenvolvimento Regional, Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas em Educação, Núcleo de Estudos Avançados em Educação, Núcleo de Estudos sobre Acesso e Permanência na Educação e Núcleo de Tecnologias Educacionais e EaD.

Um exemplo de pesquisa aplicada e inovação relevante do IFFluminense vem do tempo em que, quando ainda recente, o CEFET Campos, no ano de 1999, em cooperação com o SEBRAE¹², por meio do Programa de Apoio Tecnológico para Pequenas e Médias Empresas (PATME), que financiou 20% do projeto e a indústria de extração e beneficiamento de pedras da Região Noroeste Fluminense, que financiou 80% do projeto, que pesquisou e desenvolveu uma pinça hidráulica com o propósito de expandir a produtividade e reduzir as perdas nas indústrias.

A observação que se faz aqui é que os núcleos de pesquisa do IFFluminense seguem todas as diretrizes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que historicamente trabalharam com pesquisa universitária. A pesquisa aplicada, que é uma vertente dos Institutos Federais, não apresenta perceptibilidade em seu corpo de pesquisadores, e a verticalização, tão disseminada pelos idealizadores dos Institutos, não se faz presente quando se pensa na pesquisa.

¹²Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Microempresas

4.3. Parcerias Efetivas Com o Poder Público e a Iniciativa Privada

A necessidade de promover e estabelecer parcerias com instituições, empresas e segmentos da sociedade civil tem como finalidade promover a integração do corpo social acadêmico com o mundo do trabalho, convivendo com os princípios da ética de cooperação, solidariedade e reciprocidade. As parcerias oportunizam um diálogo com a sociedade promovendo a produção de projetos interinstitucionais, que ampliam suas ações na busca da melhoria contínua de seu projeto educacional.

A experiência de uma parceria foi no tempo em que o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Campos ofertou um curso técnico em Farmácia, em parceria com a iniciativa privada, representado na devida ordem pelo Sindicato Patronal e pelo Município de Campos dos Goytacazes.

Outra experiência de bom resultado que se constatou foi a implantação do curso técnico de Fluidos do Petróleo em parceria com a Petrobras, que formou profissionais especialistas para responder à demanda da indústria do petróleo da Bacia de Campos dos Goytacazes.

4.4. Parcerias com Outras Instituições Visando Políticas Tecnológicas Comuns.

A Cooperação Técnica é um respeitável dispositivo de desenvolvimento para as instituições visto que, por meio de transferências de conhecimentos, de experiências bem-sucedidas, de tecnologia e equipamentos, é concebível contribuir para a capacitação dos recursos humanos e para o fortalecimento das instituições envolvidas em suas atividades e projetos. Por esse motivo, esse tipo de cooperação é sempre implementado com uma preocupação de sustentabilidade, ou seja, que conhecimentos, experiências e tecnologias compartilhados possam ocasionar mudanças locais, de especificidade duradoura, como a implementação de um projeto ou atividade para as instituições participantes e impactos positivos e relevantes para os segmentos beneficiários.

Pensando nisso, o IFFluminense criou o Polo de Inovação de Campos dos Goytacazes, no ano de 2015, como uma das cinco propostas aprovadas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). Esse programa vislumbra atender às necessidades por capacitação técnica e de gestão.

Também no ano de 2015, o IFFluminense assinou parceria com outras instituições na constituição do Parque Tecnológico, e a representação da sociedade civil organizada foi um requisito fundamental para o desenvolvimento dessa parceria, que se mostra com um caráter inédito agregando mais de dez representações envolvendo Instituições de Ensino, Fundações e Poder Público.

4.5. Atração de Recursos Humanos para a Própria Instituição e Oportunidade de Possibilidade de Interação com a Região

As Instituições Federais de Ensino, desde as universidades até os atuais Institutos Federais, passando também por outras instituições igualmente importantes¹³, sempre atraíram uma força de trabalho com excelente formação e grande capacidade de trabalho.

No IFFluminense não é diferente, e seu atual quadro profissional reproduz esta realidade. Somente 14% não possui nível superior, com 36% de mestres e 13 % doutores em seu quadro atual.

Efetivamente, o quadro funcional do IFFluminense, que no ano de 2007 tinha 466 servidores, passou para 973 no ano de 2009, e, atualmente, conta com 1.681 servidores, sendo 60% destes, docentes, significando um aumento de quase 280% em um período de menos de uma década.

Dessa forma, uma contribuição efetiva do IFFluminense é a inserção desta mão de obra não só dentro da Instituição como também na provável sinergia destes quadros

¹³Fazem parte também dessa rede federal os Institutos Militares, Centros Federais de Educação Tecnológica, Colégio Pedro II, além de outros Institutos específicos.

com a realidade das cidades e regiões polarizadas pelo IFFluminense.

5. Problemas e Dificuldades para a Criação de um Observatório de Políticas Públicas

O Observatório do IFFluminense ainda não é uma realidade. Os problemas para a sua efetivação começam com a sua própria institucionalidade, absolutamente nova, tanto do ponto de vista histórico quanto em relação à sua estruturação, que envolve várias territorialidades, diversos níveis de ensino e complexas formas de atuação.

Desde a sua criação, em dezembro de 2008, estas questões eram reconhecidas pela própria gestão. Na construção do seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2011), e por enquanto único, em um documento preparatório denominado “Carta de Cabo Frio”, constata-se que:

Na verdade, encontramos-nos diante de uma jornada que nos cobra trabalho coletivo cooperativo de fato, que exige tolerância e respeito absoluto à opinião e atitudes dos meus pares. Descortina-se diante de nós uma nova forma de ver o nosso conjunto de servidores, instituições e municípios. Um sistema regional; imbricado; aberto e, assim sendo, de entropia crescente; que age e interage; que reage à nossa vontade e não abre mão de adquirir 'vida própria'. Ou aprendemos a ler esse 'caos organizado' e adotamos um renovado estilo de governança ou sucumbimos na tentativa de conviver nele. (p.304)

Não se pode negar que, em síntese, a organização *multicampi* talvez seja um dos aspectos mais difíceis dessa nova organização e, por isso, seu processo ainda esteja em consolidação, pois ainda constata-se a ausência do diálogo amplo e a necessidade de implantar uma política pública integrada com as esferas federal, estadual e municipal que proporcionem programas e projetos contínuos e unificados como defende Moraes (2014)¹⁴

No geral, nós temos um problema de federalismo brasileiro. Entre o governo federal e os municípios, você tem a figura de um ente de governo abstrato. O governo federal tem um conjunto de políticas que é direta para o município. E o governo estadual, de certa maneira, tenta segurar essas políticas como intermediação. Neste sentido, acaba não fazendo o papel de aglutinar os

¹⁴Entrevista Disponível em: <http://ururau.com.br/cidades42807_Entrevista-com-Roberto-Moraes>: Acesso em: 14 jun. 2016.

municípios, que são concorrentes entre si. Até aqui na região você percebe isso: o tempo todo, os municípios estão brigando – por investimento, por poder... No meu modo de ver, eles não vão sair das dificuldades econômicas se não houver uma política que seja o inverso disso; que seja colaborativa.

De fato, falta um movimento mais efetivo para a criação do Observatório. Talvez porque ainda, em uma instituição pública de educação, o conceito de desenvolvimento seja mensurado apenas pelo resultado econômico, isto é, se o estudante não vai para o mercado de trabalho, essa instituição não está cumprindo sua função. Porém, com apenas oito anos desde sua criação, não houve tempo para uma análise mais profunda e definitiva sobre o tema e ainda existe, capaz de promover a construção de uma nova visão de desenvolvimento, que deverá estar no cerne da criação do Observatório, pois:

O fato essencial para nós é que o modelo atual subutiliza a meta das capacidades produtivas do país. E imaginar que o crescimento centrado em empresas transnacionais, grandes extensões de soja (200 hectares, para gerar um emprego), ou ainda numa hipotética expansão do emprego público permitirá absorver esta mão-de-obra não é realista. Evoluir para formas alternativas de organização torna-se simplesmente necessário. Assim, o drama da desigualdade [...] não constitui apenas um problema de distribuição mais justo da renda e da riqueza: envolve a inclusão produtiva decente da maioria da população desempregada, subempregada ou encurralada nos diversos tipos de atividades informais. (DOWBOR, 2007, p.100)

Finalmente, é preciso compreender que ainda persiste um desconhecimento das finalidades e objetivos do IFFluminense por parte da comunidade externa e também interna da Instituição, incluindo até mesmo membros da equipe de gestão, pois a já referida expansão do quadro de pessoal reflete a pouca experiência dos servidores com a própria Educação Profissional e Tecnológica, o que dificulta ainda mais esse processo de consolidação do IFFluminense na Região.

Há que se reconhecer, também, que a própria Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ainda se mostra insuficiente na capacitação de seus próprios servidores na gestão de políticas públicas, suporte essencial para colocar os Institutos Federais em uma atuação mais efetiva em relação à construção de parcerias para a realização de políticas públicas regionais.

O próprio funcionamento do Observatório tem condições de começar a suprir tais deficiências, assim como as demais barreiras aqui levantadas, que podem ser

superadas, pois

Se for defensável que as políticas para a educação profissional e tecnológica devem ter como preceitos os interesses da sociedade, e se for defensável também que é função precípua dos Institutos federais atuar a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada para atuação dos Institutos federais, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógica possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes. (MEC, 2008, p.37)

Considerações finais

Vários autores que discutem a questão da relação entre políticas públicas, desenvolvimento local e gestão do território destacam o papel a ser desempenhado pela implementação de “um aparelho coletivo local de formação profissional de peso” (Lipietz, 1996, p. 16). É nesse contexto que foi criado o IFFluminense, com uma missão claramente definida, pois pretendia-se, a partir das suas peculiaridades espaciais, tornar-se uma instituição indutora de políticas públicas habilitada a fomentar o desenvolvimento regional e, assim, contribuir para o fim do quadro de exclusão social que tem assinalado, historicamente, as regiões pela perspectiva de atuação do Instituto.

A concretização de sua missão e de suas finalidades é um processo que está em permanente construção. Se no ensino, por exemplo, a formação profissional é realidade concreta, já que presente no histórico de número expressivo de estudantes, a pesquisa e a extensão ainda estão em processo de consolidação e expansão.

No campo da extensão, mais precisamente, é que se encontra o desafio maior, pois ainda existe a crítica pertinente de “*campus* fechado nele próprio, encastelado nos seus laboratórios” (...), cegos à miséria e ao analfabetismo que vicejam fora dos muros dos *campi*” (Nosella & Buffa, 2013, p. 155).

A criação do Observatório de Políticas Públicas com certeza pode contribuir decisivamente para a superação da dicotomia existente entre Institutos e Gestores Públicos, entre ciência e política pública e ser mais um instrumento para construção de estratégias de desenvolvimento local e sustentável.

Numa conjuntura em que as concepções de políticas públicas aqui defendidas estão na iminência de serem seriamente comprometidas, é exatamente o momento da confirmação da necessidade da defesa da escola pública e de qualidade, pois há muito se sabe que numa hora como esta não há “nada a temer senão o correr da luta, nada a fazer se não esquecer o medo”¹⁵.

Referências Bibliográficas

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J. E (org.); LASTRES, (org.). **Globalização e inovação localizada**: experiências de sistemas locais no MERCOSUL. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. A política nacional de desenvolvimento regional: da letra da lei do sentido ao sentido do texto. **Revista Políticas Públicas**. São Luis, Maranhão, V.16, n.1, p.37-50, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=69>. Acesso em: 20 ago 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Procedimentos para acesso ao sistema de cadastramento das cartas-consulta**. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PAC2%20-%20Manual%20de%20procedimentos%20de%20acesso.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

_____. Disponível em: < <http://sistemas.mda.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 21 maio 2016.

BRITO, Denise Costa. **A Educação Profissional e Tecnológica**: de Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense: a construção de outra institucionalidade. 2016. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidad de la Empresa, Facultad de La Ciencias de la Educación, Servilha-Espanha, 2016.

CARTA MAIOR. Disponível em: < <http://cartamaior.com.br/>>. Acesso em: 21 jul.2016.

¹⁵Trecho da música de Luiz Carlos Sá e Sérgio Magrão interpretada por Milton Nascimento.

CRUZ, José Luiz Vianna. Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminense frente aos grandes projetos estratégicos. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1/3, p.43-50, jan-dez, 2007. Disponível em: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/download/50/38>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

DOWBOR, Ladislau. **O passo seguinte: do apoio aos pobres à inclusão produtiva.** **Nueva Sociedad**, out, 2007. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/p8-6_1.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.

_____. **Site oficial.** Disponível em: <<http://dowbor.org/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Plano De Desenvolvimento Institucional: 2010-2014.** Campos dos Goytacazes RJ: Essentia, 2011. Disponível em: <www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/livros/article/download/1598/786>. Acesso em: 12 jul.2016.

_____. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes.** MEC/PDE. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 ago 2016.

LIPIETZ, Alain. Globalização, reestruturação produtiva e impacto intraurbano. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MANEJO DO SOLO URBANO, 1995, 4-6 ago, São José dos Campos, São Paulo. **Anais...** P São Paulo: Polis, 1996. n.27. Disponível em: <http://lipietz.net/IMG/article_PDF/article_368.pdf>. Acesso em: 22 ago 2016.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **O Parque de Alta Tecnologia de São Carlos: a difícil integração universidade-empresa.** São Carlos-SP: EDUFSCAR, 2003.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Disponível em: <<http://www.opp.ufc.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2016

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/>>. Acesso em: 21 abr.2016

PACHECO, Eliezer (org.). **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>>. Acesso em: 20 ago 2016.

PIMENTEL, Nelson Crespo Pinto. **A educação técnica e a região**: um estudo do CEFET Campos. 2003. 132f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes -RJ, 2003. Disponível em: <<http://cidades.ucam-campos.br/index.php/producoes/dissertacoes/17-menu-principal/producoes/dissertacoes/27-dissertacoes-2003>>. Acesso em: 12 jul.2016.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 1, jun; 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

REVISTA TAMOIOS. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ, v. 11, n. 2, jul/dez. 2015. Disponível em: < www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios >. Acesso em: 20 jun. 2016.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O Uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras-MG, v.7, n.1, 70-81, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/878/87817147006.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

URURAU: JORNAL ONLINE. Disponível em: < <http://novosite.ururau.com.br/>>. Acesso em: 24 ago 2016.